



Escola submersa na região central do Paquistão, atingida por enchentes devastadoras em setembro

COP27 CRIA FUNDO PARA DESASTRES AMBIENTAIS

NEGOCIAÇÕES FORAM TENSAS, MAS HOUVE CONSENSO NO EGITO PARA INDENIZAÇÃO A PAÍSES VULNERÁVEIS ATINGIDOS POR CATÁSTROFES CAUSADAS PELO CLIMA

POR DÉCIO GALINA

Não foi fácil chegar a um acordo – a ponto de ser necessário adiar o término da COP27, previsto para o dia 18 de novembro, uma sexta-feira, em Sharm El-Sheikh, no Egito, sul da península do Sinai, a 500 quilômetros do Cairo. Mas valeu a pena arregaçar as mangas no fim de semana para bater o martelo em relação à criação de um fundo para reparar danos climáticos. Graças ao consenso, países mais vulneráveis receberão indenizações por catástrofes causadas pelo clima, como as inundações que mataram 1.700 pessoas no Paquistão, em setembro.

“A leitura sobre o evento e seus resultados é otimista. Houve avanço na questão da justiça climática com a criação de um fundo para perdas e danos para os países pobres”, analisa o mestre, doutor e professor universitário Douglas Murilo Siqueira, coordenador do curso de administração da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fesp). “Este é um item que já vem sendo pleiteado desde a Rio92, mas sendo protelado sempre.”

Foram duas semanas de reuniões intensas entre representantes de mais de 190 países, signatários do Acordo de

Paris, um compromisso mundial assinado em dezembro de 2015 com o objetivo de reduzir a emissão de gases, minimizando as consequências do aquecimento global que já assolam os quatro cantos do planeta. Chefe da delegação brasileira na COP27, o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, foi embora antes do término dos trabalhos. Na manhã da sexta-feira, também não participou: foi mergulhar nos corais do Mar Vermelho.

“O acordo se deu, principalmente, pelo protagonismo da União Europeia. Agora, um comitê vai ser formado para definir, de forma prática, como ajudar os países: os valores, de onde vêm os recursos, para quais países vão os recursos, enfim, regulamentar a decisão”, explica o professor. “Dentro dos resultados, destaco ainda o acordo para a criação de um comitê de trabalho para a transição justa (para energias renováveis), além da evolução da regulamentação do mercado de carbono.” Em discurso, o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, sinalizou para a comunidade internacional que retomará o compromisso pelo combate ao desmatamento da Amazônia, priorizando os órgãos de fiscalização e de monitoramento. **📌**